



# Ecologia política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais

Roberto de Sousa Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** A expansão do cultivo da soja tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos, que articula atores e ambientes e que define as formas de acesso e os usos dos recursos naturais. O estudo dos conflitos associados ao avanço da soja no Sul do Maranhão se baseou na análise da trajetória de sojicultores e de agricultores familiares, para elucidar como esses atores sociais estavam ligados por modos específicos de dependência recíproca, que redefiniram o acesso aos recursos naturais. Apesar de a sojicultura ter consolidado um modo de partilha do poder, os agricultores familiares conseguiram obter a regularização de suas terras.

**Palavras-chave:** Agronegócio da Soja. Agricultura Familiar. Ecologia Política. Sul do Maranhão.

**Political ecology of soybeans: great property and socio-environmental conflicts**

**Abstract:** *The expansion of soybean cultivation has been a process marked by contradictions, mobilizations and conflicts, which articulate actors and environments and define the forms of access and use of natural resources. The study of*

1 Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – Brasil - roberto.sousa@professor.ufcg.edu.br – <https://orcid.org/0000-0003-2412-7914>.

*the conflicts associated to the soybean advance in the South of Maranhão started from the analysis of the trajectory of soybeans and family farmers, to elucidate how these social actors were linked by specific modes of reciprocal dependence that redefined access to natural resources. Although soybeans have consolidated a mode of power sharing, family farmers have been able to obtain regularization of their land.*

**Keywords:** *Soy Agribusiness. Family Agriculture. Political Ecology. South Maranhão.*

## INTRODUÇÃO

A construção de uma ecologia política da soja no Brasil é uma tarefa urgente e que exige a análise das correlações existentes entre as mudanças socioambientais relativas à intervenção do Estado na modernização da agricultura, na infraestrutura e na pesquisa agropecuária; e a atuação do capital privado nacional e internacional, considerando desde *tradings*<sup>2</sup> que controlam o processo produtivo da soja, venda de cultivares e insumos até a compra da produção. Das ações do Estado e do capital privado, emergiram projetos modernizantes, que articularam atividades econômicas, agrícolas e não agrícolas, e a apropriação e uso dos recursos naturais.

O agronegócio brasileiro utiliza três argumentos para legitimar o seu projeto agrícola: produção de alimentos, que contribui para a redução da fome; geração de emprego e de renda, que possibilita a redução da pobreza; e uso de práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis, que colabora para a preservação da natureza. Contudo, essa narrativa oculta os grupos sociais que tiveram seus direitos negados, que perderam a posse da terra, e tiveram que migrar para as cidades ou se converteram em trabalhadores assalariados nas grandes lavouras; além de ocultar, também, problemas ambientais, como desmatamento e contaminação de rios e lagos, que afetam toda a sociedade.

A fim de contribuir para a construção de uma ecologia política da soja, este artigo aborda os processos de introdução e expansão da soja no município de

---

2 Como a *Archer Daniels Midland Company* (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus, que formam o ABCD da soja (Heredia; Palmeira; Leite, 2009).

Balsas – localizado na Mesorregião Sul Maranhense<sup>3</sup>, na Microrregião Gerais de Balsas –, pioneiro do cultivo no Estado do Maranhão, com um plantio de 32 hectares, em 1977. Desde então, a área de plantio cresceu, chegando a 194.535 hectares, em 2012 (IBGE, 2013), conseqüentemente, acentuou-se também o desmatamento<sup>4</sup>. Outro ponto abordado no estudo são os conflitos pela posse da terra, pois, ao menos oito comunidades do Gerais de Balsas<sup>5</sup> possuem os títulos da terra, emitidos pelo Estado em 1997, mas não podem escriturar porque as terras já foram regularizadas por terceiros.

A compreensão dos conflitos pela posse da terra partiu de um recorte temporal, de 1977 a 2012<sup>6</sup>, para reconstruir a trajetória, o histórico produtivo e a percepção das mudanças socioambientais com base nos olhares dos sojicultores e dos agricultores familiares. Para a análise da sojicultora, foi realizado um levantamento das principais políticas e programas governamentais e das percepções acadêmicas sobre o avanço da sojicultura no Brasil, Cerrado, Amazônia, Sul do Maranhão e Balsas, e a realização de entrevistas semiestruturadas com sojicultores pioneiros, que se estabeleceram nos anos 1970 e 1980, e sojicultores colonos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, Terceira Fase (PRODECER III), implementado nos Gerais de Balsas, em 1995.

Para o estudo da agricultura familiar, foi feita uma consulta a documentos da cúria diocesana de Balsas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Camponesa (ACA), nas quais foram encontrados jornais que retratavam os conflitos e lutas pela terra nos anos 1990, e do Sindicato de Trabalhadores e

- 
- 3 O Sul do Maranhão é conhecido pelos habitantes e estudiosos locais como Sertão maranhense, Alto Sertão, Sertões de Pastos Bons e Território de Pastos Bons. No decorrer do texto, é possível que seja utilizada alguma das expressões para manter a ideia original do texto citado, mas haverá sempre uma preocupação em denominar a região de Sul do Maranhão para facilitar a compreensão do leitor alheio às peculiaridades da área de estudo.
  - 4 Até 2002, foram desmatados 32.608 km<sup>2</sup> de Cerrado maranhense e, entre 2002 e 2008, foram mais 14.825 km<sup>2</sup>, o que colocou o Estado na liderança do *ranking* dos que mais desmataram no período (Brasil, 2009). Até 2000, foram desmatados 104.256 km<sup>2</sup> da Amazônia maranhense (INPE, 2002) e, entre 2004 e 2010, foram desmatados 5.793 km<sup>2</sup> (INPE, 2010).
  - 5 Os Gerais de Balsas é a região de maior dinamismo agrícola no Sul do Maranhão, contemplando parte dos municípios de Balsas, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão, e uma faixa de terra do Estado do Tocantins. Nessa região, foi instalado o PRODECER III, nos anos 1990 – em virtude de ser um planalto (chapada) favorável à mecanização e com regularidade pluviométrica –, e, logo depois, grandes empresas produtoras de grãos.
  - 6 Adotou-se de 1977 a 2012 como referência porque as principais transformações sociais, econômicas e ambientais ocorreram no período: chegada dos sojicultores pioneiros em 1977, instalação de empresas produtoras de grãos a partir de 1985, conflitos pela posse da terra e a criação de assentamentos nos anos 1990, e, finalmente, a implementação de novas formas de gestão do processo produtivo da soja a partir dos anos 2000.

Trabalhadoras Rurais de Balsas (STTR)<sup>7</sup>. As conversas com lideranças sindicais e com a ACA foram profícuas. Foi informado que havia um grande projeto de assentamento no Alto e Médio Rio Balsas, que, embora não tivesse conseguido regularizar todas as áreas, conseguiu frear a ação de especuladores. Das áreas apresentadas, foi escolhido o projeto Rio Peixe, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas para resgatar o histórico produtivo, os conflitos e a percepção das mudanças ambientais pelas famílias.

Assim, o artigo está organizado em três partes. A primeira debate a ecologia política, brevemente, e apresenta a incorporação da sociologia e a formulação de uma ecologia política figuracional, para analisar as tensões e modificações em torno do agronegócio da soja. Depois, na segunda parte, faz-se uma análise da sojicultura e da grande propriedade com base na trajetória de duas famílias que migraram do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, e de colonos do Projeto Batavo, instalado nos anos 1990, assim como o ingresso de novos atores sociais e políticos na produção e comercialização da soja. Ao final, discute-se como a atuação de ONGs, movimentos sociais e sindicatos contribuíram para a regularização de terras ocupadas por agricultores familiares e, consequentemente, para uma mudança figuracional ampla.

## ECOLOGIA POLÍTICA: PODER E MUDANÇAS FIGURACIONAIS

A ecologia política<sup>8</sup> é um campo de investigação e um movimento crítico, formado no fim da década de 1960 e início da década de 1970, quando as explicações para os problemas ambientais eram pautadas no crescimento populacional, na tecnologia inadequada e na má gestão, sendo a maioria dos argumentos apolíticos. Nas décadas seguintes, a ecologia política refletiu sobre a distribuição desigual dos benefícios e dos custos associados às mudanças socioambientais, reforçando a desigualdade social e econômica (Bryant; Bailey, 1997); e sobre os processos de industrialização, de desindustrialização e de degradação ambiental, oriundos da globalização neoliberal (Peet; Robbins; Watts, 2011).

Não se pode negar, portanto, que a ecologia política, desde seu início, procurou analisar os processos de valorização e apropriação da natureza e se constituiu em um campo de luta pela sua desnaturalização (Latour, 2001). Ao procurar

7 Fundado em 27 de abril de 1968 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em abril de 1970, o sindicato foi criado para que os trabalhadores rurais tivessem acesso ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado pela Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963.

8 Segundo Minch (2011), o termo *ecologia política* foi usado pela primeira vez em 1935, por Frank Thone. Em 1972, Eric Wolf retomou o termo para pensar como as regras locais de propriedade e herança mediam as pressões da sociedade sobre o ecossistema.

desnaturalizar a natureza, a ecologia política trouxe para o debate as relações de poder, enquanto mediadoras das relações entre seres humanos e destes com a natureza (Leff, 2003). Deste modo, a degradação ambiental é fruto da interação de diferentes atores sociais e de processos políticos (Laschefski; Costa, 2008) que refletem relações de poder assimétricas (Miranda, 2013).

Para a construção de uma ecologia política da soja que se distanciasse das orientações normativas<sup>9</sup> e, ao mesmo tempo, fosse capaz de apresentar novas ferramentas teóricas e metodológicas para a investigação das relações socio-econômicas associadas à apropriação de recursos naturais e aos processos de mudança ambiental, incorporou-se a definição de poder de Elias (2001). O referido autor parte do princípio de que os indivíduos não são apresentados, socialmente falando, como seres totalmente fechados em si mesmos, mas interdependentes, compondo figurações que podem ser observadas e comprovadas empiricamente, podendo, assim, precisar o nascimento e desenvolvimento de figurações específicas.

Em termos analíticos, o estudo de uma figuração não pode ser dissociado das categorias de interdependência, função (compreendido de modo relacional, pois só é possível falar em função quando se fala de interdependências que constroem pessoas, umas mais, outras menos) e coerção. Assim, este estudo se centra na compreensão dos condicionamentos que os seres humanos estabelecem mutuamente e nas transformações que sofrem, individualmente ou em grupo, devido ao aumento ou à redução de suas interdependências e às variações de poder (Quintaneiro, 2006).

A apreensão das figurações sociais exige um raciocínio que não se pautem em individualidades ligadas umas às outras, mas em termos de relações variáveis entre as posições definidas pelas relações estabelecidas entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos. Pensar uma figuração é complexificar o processo de dominação, que deixa de ser entendido como uma ação exercida do exterior e em uma única direção, de um indivíduo ou grupo sobre o outro, e passa a ser concebida pelas relações de interdependência existentes entre fracos e poderosos (Heinich, 2001).

Os processos de mudança em uma figuração são explicados com base em modelos abrangentes que mapeiem, temporal e espacialmente, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um grupo ou sociedade, permitindo,

---

9 A ecologia política normativa é perpassada pela tentativa de difusão da preservação da natureza e a garantia de acesso aos recursos naturais às gerações futuras (Miranda, 2013). Especialmente os trabalhos que problematizam a justiça ambiental, como Acselrad (2010), Martínez-Alier (2011), Anguelovski e Martínez-Alier (2014), entre outros.

assim, a compreensão das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Descobertas as interdependências, a identidade última dos indivíduos que formam a figuração pode ser reproduzida:

(...) a determinação das interdependências torna possível preservar totalmente, nos indivíduos de outras sociedades, sua singularidade, sua exclusividade e diferenciação, ao mesmo tempo reconhecendo-os como pessoas em cuja situação podemos nos colocar, ou seja, como homens semelhantes a nós, com os quais estamos ligados por meio de uma identificação última enquanto seres humanos (Elias, 2001: 217).

O declínio e a ascensão de um grupo social dentro da figuração são determinados pelas correlações de forças produzidas pelas relações de interdependências entre os diferentes grupos sociais e no interior destes. Quando o balanço de tensões da figuração de indivíduos é alterado, devido às tensões e aos conflitos entre os grupos sociais e entre os membros do grupo, ocorre uma movimentação no interior da figuração (Elias, 2001), marcada pela redefinição das posições sociais e dos projetos políticos e econômicos.

Neste sentido, as formas de dominação são resultantes de lutas sociais que estabilizam, por um determinado momento, a distribuição de poder (Elias, 2001). Apesar do processo de dominação consolidar um modo de partilha do poder, ainda assim haverá um equilíbrio instável de tensões enquanto existir uma interdependência funcional entre as pessoas, mesmo que as diferenças de poder sejam grandes, porque o poder não é como amuleto, que um indivíduo possui e o outro não, mas é intrínseco às relações humanas, todas elas (Elias, 2005).

A ecologia política da soja ilustra como a chegada dos primeiros sojicultores gaúchos ao Sul do Maranhão, nos anos 1970, deu início à formação de uma figuração social específica, que foi sendo modificada ao longo do tempo, por movimentações locais, nacionais e internacionais, que reconfiguraram as distribuições de poder e os modos de apropriação e uso dos recursos naturais. Os cultivos mecanizados realizados pelos gaúchos mostraram aos proprietários de terras, comerciantes e políticos locais que as chapadas, até então desprezadas, tornavam-se altamente produtivas após a correção da acidez do solo, dando início a uma corrida pela regularização fundiária e, conseqüentemente, a conflitos pela posse da terra nos anos 1990<sup>10</sup>.

10 Para mais detalhes sobre os conflitos, ver Miranda (2011: 149-162).

Como bem destaca Elias (2001), a alteração na correlação de forças no interior da figuração social agropecuária<sup>11</sup> modificou as relações de interdependência e a figuração social como um todo. No surgimento da figuração social da soja, as relações de interdependência eram, claramente, entre os sojicultores migrantes que necessitavam do investimento estatal – financiamento para instalação, custeio, investimentos em infraestrutura de transporte e armazenamento e pesquisa agropecuária –, e, por seu turno, o Estado precisava de agricultores com alguma experiência no uso de tecnologia e dispostos a modernizar a agricultura nos rincões do Brasil, para promover o modelo de desenvolvimento rural e econômica planejado.

Uma nova movimentação na figuração social teve início em 1992, depois da primeira exportação de soja maranhense para a Europa. Os conflitos pela posse da terra, em grande medida desconhecidos pela população do município de Balsas (empolgada com as notícias de que a soja estava promovendo o desenvolvimento local), passaram a ser divulgados em países europeus, Alemanha, Áustria e Itália, especialmente, e causaram mal-estar no novo mercado consumidor, que exigia, desta maneira, uma resolução para que fossem ampliadas as compras. Em resposta, o governo do Estado do Maranhão criou assentamentos rurais, em 1997, nos Gerais de Balsas, modificando não apenas a figuração social da soja, mas a agropecuária local.

Assim, a noção de poder de Elias (2001; 2005) permite à ecologia política articular a natureza e a política, sem sobreposições, a partir da análise das relações de interdependência existentes entre os diferentes grupos sociais<sup>12</sup>, locais, regionais, nacionais e internacionais, defensores de estratégias de apropriação de recursos naturais num determinado espaço, que acabam entrando em rota de colisão. Há pouco tempo, muitos ecologistas políticos enfatizavam apenas uma destas dimensões, como bem destacam Vayda e Walters (1999), e Latour (2004).

O olhar para o local e suas relações com o global e vice-versa, a fim de compreender os conflitos e os processos de mudança ambiental, abriu caminho para

---

11 A teoria de Elias (2001; 2005) fala em figurações sociais, no plural. Cada figuração social específica tem suas tensões internas, podendo haver também tensões entre diferentes figurações. No decorrer do texto, será analisada a figuração social da soja e figuração social da agricultura familiar, que possuem gênese bem específicas, e uma figuração social mais ampla, que será chamada de figuracional social agropecuária para incluir os demais atores sociais do campo, como os agricultores familiares, os representantes sindicais e movimentos sociais.

12 Para mapear os indivíduos inseridos num determinado espaço, usa-se técnicas estatísticas que isolam os grupos sociais para que sejam feitas a caracterização da organização e a avaliação da distribuição de poder (Elias; Scotson, 2000).

uma ecologia política de escalas, que trata das variações sociais e biofísicas em diferentes níveis de agregação: local, regional, nacional e global. A ecologia política de escalas deve ser socialmente construída, relacional e contingente, para realçar as faces do poder e dos conflitos oriundos da apropriação de recursos naturais (Zimmerer; Bassett, 2003; Neumann, 2009).

Nos trabalhos de Jatobá, Cidade e Vargas (2009), e Miranda (2011), o uso das escalas foi fundamental para a compreensão de como relações sociais, políticas e econômicas definem e redefinem aspectos locais e globais e são vetores de processos de mudanças ambientais. No entanto, a adoção das escalas exige alguns cuidados referentes ao papel das relações de interdependência entre os atores e grupos sociais que engendram os processos de mudanças ambientais, de modo que nem o local e nem o global devem ser considerados unilateralmente para explicar a problemática socioambiental.

Muitos estudos em ecologia política têm incorporado o uso das escalas para compreender as transformações locais decorrentes do estabelecimento de atividades agrícolas ou de mineração, orientadas por estratégias econômicas e políticas, nacionais e internacionais, de exploração de recursos naturais que geram muitos conflitos e fragilizam financeiramente e culturalmente as populações locais e tradicionais (Gezon, 2004; Hornborg, 2004; Paulson, 2004; Stevens, 2004; Miranda, 2011).

## A SOJICULTURA E A GRANDE PROPRIEDADE

Refletir criticamente sobre a sojicultura exigiu o mapeamento, temporal e espacial, dos aspectos socioeconômicos e políticos, para compreender o surgimento da figuração social e as relações de interdependência e as tensões que desencadearam mudanças figuracionais. Exercício este que se baseou na análise das políticas e dos programas governamentais que possibilitaram a migração gaúcha em 1977, a instalação das primeiras empresas produtoras de grãos a partir de 1985, e a criação do Corredor de Exportação Norte, em 1990 (parceria com o governo japonês), para impulsionar o cultivo de soja no Cerrado; além de ter se baseado na análise das ações do capital privado nacional e internacional a partir dos anos 2000. Em um primeiro momento, a sojicultura dependeu da atuação estatal para se estabelecer. Estabelecida como principal atividade agrícola, atraiu o capital nacional e internacional e sofreu profundas modificações, como veremos a seguir.

Os primeiros sojicultores, aqui chamados de *pioneiros*, deslocaram-se do Rio Grande do Sul para Balsas, nos anos 1970, em busca de terras baratas e aptas



ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, e de crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais e para o plantio de culturas modernas. Essas estratégias produtivas e econômicas representaram novas formas de apropriação do espaço e de seus recursos naturais – mediante o uso das chapadas, áreas subutilizadas pelos pecuaristas e pelos agricultores familiares balsenses –, que serão analisadas com base nas *estratégias produtivas* de dois pioneiros da soja: os senhores Leonardus Philipsen e Antídio Sandri.

O primeiro agricultor a cultivar soja no Maranhão foi o senhor Leonardus Philipsen, migrante holandês que chegou a São Paulo no ano de 1949, mudando-se para Não-Me-Toque (RS), em 1956. Já em 1957, o agricultor começou a cultivar a terra por meio de financiamento de custeio, junto ao Banco do Brasil. No final da década de 1960, vendeu suas terras, 24 hectares, para arrendar uma área de 400 hectares no município vizinho da Chapada (RS). No entanto, o falecimento do proprietário das terras, em 1973, mudou o rumo da família Philipsen. Os herdeiros solicitaram a área e a família ficou sem terra para plantio (Kaiser Silva, 2009).

Em 1974, ao se dirigir à agência do Banco do Brasil de Carazinho (RS), o senhor Philipsen foi informado pelo gerente que o banco estava disponibilizando crédito subsidiado, sem correção monetária e sem necessidade de avalista para agricultores interessados em *modernizar a agricultura do Sul do Maranhão*<sup>13</sup>. Em 1974, o senhor Philipsen foi pela primeira vez a Balsas, em busca de terra e crédito. Depois de algumas viagens à agência do Banco do Brasil de Uruçuí (PI), em 1976, teve um projeto aprovado para trabalhar em 1.000 hectares, no valor de 3.800.000,00 cruzeiros, com 12 anos de prazo, 4 anos de carência e juros de 1% a.a., sem correção monetária e sem necessidade de avalista (Kaiser Silva, 2009).

Em 1977, na Fazenda Santo Isidoro, próxima à cidade de Balsas, o senhor Philipsen realizou o primeiro cultivo de soja do Estado do Maranhão. Foram plantados 32 hectares. A colheita de soja não foi boa, porque a maneira de cultivar trazida do Rio Grande do Sul não era adequada para o Cerrado. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa, do então pecuarista Eloy Coelho Netto, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas. A nova área de cultivo de 6.000 hectares recebeu o nome de Fazenda Boa Vista:

---

13 Embora o senhor Leonardus Philipsen não faça menção ao nome do programa, fica claro, pelas características e detalhes apresentados, que se trata do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.

A primeira área foi plantada aqui no coco [área na divisa entre os municípios de Balsas e de Riachão], na Fazenda Santo Isidoro, a primeira variedade que foi plantada era do Sul, não era nem daqui, não existia variedade de soja [para o Maranhão], daí fomos pegar uma do Sul para cá, e daí, como o clima é diferente, não cresceu direito, (...) aí não desenvolveu, não deu certo, não é? Fomos pegando variedades mais aqui de perto, Goiás, e mesmo assim ainda não rendia muito não. (Entrevista com Antonius Philipsen, filho do senhor Leonardus Philipsen).

Antídio Sandri e seu irmão Delmo Sandri começaram a planejar a saída do Rio Grande do Sul, na segunda metade dos anos de 1970, em busca de terras que atendessem às necessidades de manutenção da família, porque a área que possuíam era pequena:

Nós tínhamos 15 ha e não era chão de serra, era o Vale do Alto Uruguai, chão de serra é muito fértil, mas nossa área só trabalhava manualmente, tração animal, coisa só manual. E nós apostávamos que sabíamos produzir, sabíamos trabalhar, então pegar uma área com mais espaço para poder plantar mecanizado, não é? Então foi o que fez nós sairmos de lá. A gente sofreu demais, deixar todos os parentes e amigos que a gente passou a juventude... a terra da gente sempre é a melhor. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor).

Já com a intenção de vender os 15 hectares no Rio Grande do Sul para comprar uma área maior, o primogênito da família, Antídio Sandri, começou a se informar sobre novas áreas de cultivo no Cerrado. Nos anos 1970, muitos gaúchos estavam migrando para o Mato Grosso. Entretanto, um tio que já havia comprado terras no Sul do Maranhão falou que o solo era bom e que estava disposto a vender sua propriedade. Não perdendo tempo, em 1977, Antídio e Delmo Sandri visitaram Balsas, acharam a região adequada para o cultivo mecanizado e com terras baratas, fechando logo o negócio com o tio.

A primeira área que a família comprou foi no Rio Coco, totalizando 813 hectares, 54 vezes maior do que a posse do Rio Grande do Sul. Após comprarem as terras, surgiram muitas ofertas de venda de terras para a família:

Na época que nós chegamos, vinha todo mundo, domingo tinha muita gente querendo *vender as chapadas*, vender as terras porque nas chapadas não dava nada, então muita gente querendo vender terra e oferecia, aí nós fomos

comprando umas áreas e fomos seguindo, fomos se localizando. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

No Rio Grande do Sul, os Sandri plantavam milho, soja, arroz, feijão e trigo com a força de trabalho da família. Às vezes, no plantio e na colheita, pagavam um trabalhador para ajudar. A grande dificuldade da família Sandri ao chegar ao Sul do Maranhão, em termos produtivos, foi ter que plantar apenas arroz:

*Lá diversificávamos um monte de cultura*, as hortaliças também, todo tipo, aqui ficou só especificamente no arroz e nós no começo sentíamos preocupação em apostar só numa cultura. O arroz é bastante preocupante, porque qualquer veranico que tem se acaba, mas por sorte que no primeiro ano que nós plantamos, colhemos cheio [colheram tudo], atrasou o plantio, porque tudo era mais difícil, mas colhemos safra cheia, vendemos bem, então nós demos uma levantada boa. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso).

O primeiro cultivo de soja realizado pela família Sandri foi em 1980, quando plantaram 30 hectares. A área de soja plantada permaneceu pequena nos anos seguintes, porque a família não conseguia custear a produção junto ao Banco do Brasil, que considerava uma operação de risco, porque não havia cultivares adequados para a região, e o arroz continuou sendo a cultura principal para a comercialização. A pequena produção de soja do período era ensacada – não havia caminhões graneleiros – e vendida para São Luís, Fortaleza e Goiânia. O risco operacional destacado mostra que a sojicultura não havia, ainda, estabelecido uma relação de interdependência com o Estado e os órgãos oficiais de financiamento para modificar as correlações de força e, por conseguinte, uma mudança na figuração social.

A intenção principal dos *sojicultores pioneiros* era a ocupação das terras pouco utilizadas pelos agricultores e pecuaristas locais, as chapadas, associada à ideia, implícita, de desenvolvimento econômico mediante a modernização da agricultura e criação de empresas do ramo agrícola, para gerar empregos e atrair mais gaúchos para Balsas. A partir dos anos 1990, quando a soja já estava definitivamente estabelecida, as intencionalidades dos pioneiros se centraram no aumento da área de cultivo e na intensificação do uso da terra:

Nós plantamos 2.800 ha [de soja em 2008]. Mas temos os pivôs de irrigação que a gente chega a plantar três vezes no ano, *plantamos milho, plantamos soja e plantamos feijão*. Em 12 meses dá para fazer 3 culturas, colheitas.

Então nós estamos sempre plantando, isso é uma grande vantagem porque a gente contém os empregados, não precisa está trocando, dispensando ninguém, então ele tem o emprego seguro e a gente tem pessoas conhecidas, seguras também e produz o ano todo. (Entrevista com Antídio Sandri, sojicultor, grifo nosso)

Novos atores sociais aderiram à sojicultura e iniciaram a primeira mudança na figuração social: a Agropecuária e Industrial Serra Grande (AGROSERRA), criada em 1985 para o cultivo de soja; a SLC Agrícola, que, em 1988, vendeu sua fazenda de 2.000 hectares, em Horizontina (RS), para comprar 26.000 hectares no Sul do Maranhão (Ferrari, 2011) para cultivar soja; e a CEVAL, que, em 1989, iniciou suas atividades no Sul do Maranhão com o financiamento de lavouras de soja e a construção de uma unidade de secagem e armazenamento de grãos. A AGROSERRA e a SLC Agrícola foram as primeiras empresas produtoras de soja, e a CEVAL a primeira a financiar as lavouras na região, iniciando o processo de *empresarização da soja*.

Os 28.000 hectares de terra adquiridos pela AGROSERRA estão estrategicamente localizados, próximos à MA-006 e à BR-230 (a noroeste de Balsas), para facilitar o escoamento da produção de soja e da produção de cana-de-açúcar a partir de 1990, com a construção de uma usina para produzir álcool. A SLC adotou estratégia semelhante: comprou sua primeira fazenda próxima à MA-006 (ao sul de Balsas) para cultivar soja e, nos anos 2000, o algodão. O processo de empresarização da soja é marcado pela ressignificação da grande propriedade, para que os gastos decorrentes da falta de uma infraestrutura de transporte adequada fossem compensados com uma produção em escala.

Nos anos de 1990, o Banco da Amazônia SA (BASA) e o BNB estimularam a expansão da soja, com a estruturação do Plano de Ação para Potencializar o Desenvolvimento do Pólo de Balsas (PAPDPB), com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado em 1974; do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), principal incentivo fiscal da região, criado em 1974; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado em 1988 (França; Santana, 1997). As ações estatais foram fundamentais para fortalecer as relações de interdependência com os sojicultores e modificar, pela segunda vez, a figuração social da soja e abrir caminho para novas transformações no médio prazo.

O então governador do Maranhão, Edson Lobão, endossou as ações estatais de viabilização da sojicultura no Sul do Estado com a criação do Corredor de Exportação Norte, em 1990, e com a formalização de acordo com a CEVAL, em

1993, para a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja em Balsas. A empresa catarinense foi a primeira a exportar soja maranhense para a Europa, no dia 17 de julho de 1992, através do Porto da Madeira, e tinha a intenção de processar a oleaginosa para fomentar a suinocultura e avicultura na região.

O jornal *O Estado do Maranhão* publicou, no dia 19 de agosto de 1993, no caderno de economia, que: “Balsas ganhará duas indústrias: Ceval<sup>14</sup> e Agroceres promovem investimentos no Sul do Maranhão”. A primeira esmagaria soja e a segunda produziria álcool com a cana-de-açúcar. O também jornal maranhense, *O Imparcial*, meses depois, em 17 de novembro de 1993, foi mais contundente: “(...) a Ceval Alimentos S/A, uma das maiores cooperativas do país, iniciará a construção de uma grande indústria de soja no Sul do Maranhão”.

Aby-Azar (1993), da *Gazeta Mercantil*, forneceu mais detalhes do empreendimento, mostrando que a CEVAL tentava enquadrar o projeto no Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (PRODEIN), financiado com recursos do Banco do Estado do Maranhão (BEM), para financiar a instalação da fábrica. Furtado (1993), da *Revista Exame*, em sua matéria fala que há um *Eldorado no Maranhão*, Balsas, que atrai toda semana uma média de 40 novos migrantes vindos da região Sul.

O crescente aumento da produção de soja e a infraestrutura de transporte alicerçada no modal ferroviário do Sul do Maranhão, que tanto animou a CEVAL a realizar investimentos em Balsas, também chamou a atenção de outras empresas, nacionais e transnacionais, receptoras de grãos, e marcou o início de grandes projetos de investimento privado. Paulo Alberto Fachin, ex-plantador de batata no Paraná, chegou a Balsas em 1986, e, em 1995, criou a Ceagro para comercializar soja, financiar lavouras e vender insumos. Em 1996, foi a vez da norte-americana Cargill inaugurar sua primeira unidade de recebimento de grãos em Balsas.

Apesar de o processo de empresarização da soja estar em curso na época, no dia 9 de maio de 1995, a implementação do Projeto de Colonização dos Gerais de Balsas (PC-GEBAL), também chamado de Projeto Batavo, com recursos do PRODECER, estabeleceu um modelo agrícola cooperativo que aumentou a produtividade agrícola regional. A coordenadora (CAMPO) e a executora (Batavo) do projeto de colonização escolheram e assentaram 40 agricultores naturais das regiões Sudeste e Sul do país. Um dos beneficiários do Projeto Batavo,

---

14 A CEVAL e a Agroceres não se instalaram em Balsas. Em 1997, a CEVAL foi comprada pela holandesa Bunge, que passou a negociar com o Estado do Piauí. Em 2002, foi inaugurada em Uruçuí uma fábrica da empresa.

o paranaense Carlos Degger, ressalta que os motivos que o levaram a Balsas foram:

É o que eu sempre digo, até hoje digo: lá no Sul ficaram pequenas as áreas, e lá todo dia praticamente você torce para que o seu vizinho quebrar ou morrer, para sobrar uma área para você plantar. (...) Eu tomei conhecimento dele [PC-GEBAL] lá no Paraná através da cooperativa que... como a cooperativa tomou conhecimento eu não sei. Mas a cooperativa foi... diz que foi escolhida, a que apresentou a melhor opção para gerir essa fase do projeto, não é? Daí eu fui dos que me inscrevi e fui escolhido para vir. (Entrevista com Carlos Degger, colono do Projeto Batavo).

Os colonos do Projeto Batavo tinham a intenção de ter a posse da terra e/ou novas oportunidades de trabalho, mesmo que não viessem cultivando a terra. Os recursos disponibilizados pelo PRODECER eram atrativos para a época, 1,2 milhões de dólares<sup>15</sup> para cada colono, enquanto o salário mínimo, em 1994, era de 70,00 reais e o valor médio do dólar era de 90 centavos de real. Embora os colonos do Projeto Batavo, desde 2004<sup>16</sup>, estivessem desarticulados, mostraram que as terras dos Gerais de Balsas eram altamente produtivas para o cultivo da soja, despertando, assim, o interesse de empresas agropecuárias que logo se instalaram para cultivar soja e depois o algodão.

A terceira mudança na figuração social da soja ocorreu quando novas formas de gestão agrícola foram adotadas e novos atores foram inseridos, redefinindo completamente o modelo produtivo. A Agrinvest, criada em 2004, comprou 50.000 hectares de terra no Sul do Maranhão e Sudoeste do Piauí, com a emissão de títulos na Euroclear, câmara de compensação de títulos, que captou 26 milhões de dólares (Antunes, 2010). O Grupo argentino Los Grobo, em 2008, comprou a Ceagro, que já atuava no Cerrado financiando lavouras e exportando grãos, e forma a Los Grobo Ceagro Brasil S.A., que, em 2012, passa a ter a Mitsubishi Corporation como acionista controladora do grupo que produziu 1.000.000 toneladas de grãos em 2013.

As empresas Agrinvest e Los Grobo transformaram o agronegócio brasileiro. A primeira abriu caminho para uma nova forma da capitalização do agronegócio no Brasil, ao realizar a primeira operação de captação de recursos no setor

15 Para comprar um pivô central de irrigação para 50 hectares, dois tratores, uma colheitadeira, uma grade, uma plantadeira, uma pipa para óleo diesel; construir galpões e uma casa na agrovila; e desmatar e corrigir o solo.

16 Cooperativa Agropecuária Batavo Nordeste Ltda. abriu processo de liquidação em 15 de dezembro de 2004, tendo como liquidante o colono Devanir Bazanni.

agrícola, a partir da sua capacidade de gerar renda, diferentemente das linhas tradicionais de crédito, que exigem garantias materiais para conceder financiamentos. A segunda redefiniu a gestão agrícola e a prestação de serviços no campo, ao produzir sem terras e maquinários próprios, transformou os *antigos produtores* em prestadores de serviços (Netto, 2008). Pode-se concluir, deste modo, que as relações de interdependência foram alteradas, saindo da esfera estatal, em direção ao capital privado, especialmente o internacional, que passou a ser o principal agente financiador.

A reestruturação empresarial e produtiva do agronegócio brasileiro continuou nos anos 2010, com o ingresso de fundos de investimento norte-americanos e de multinacionais asiáticas no processo produtivo e na infraestrutura de transporte, o que contribuiu para o crescimento da produção de soja. Contudo, o início técnico da recessão econômica em 2014, um dos fatores que contribuíram para a redução de investimentos no país, afetou empresas como a Agrinvest, que, após a saída do fundo norte-americano Ridgefield Capital, que vendeu sua participação a um grupo de investidores brasileiros, está à procura de um parceiro que adquira uma parte das ações para que os investimentos em custeio do processo produtivo sejam ampliados e as finanças sejam reequilibradas (Batista, 2014).

Na década de 2010, as mudanças na Ceagro Los Grobo do Brasil foram mais profundas. A Mitsubishi Corporation, a última grande empresa japonesa com atuação no mercado de grãos a ingressar no mercado Brasileiro, comprou 20%, em 2012, e mais 60%, em 2013, das ações da Ceagro Los Grobo. Com a reestruturação acionária da Ceagro Los Grobo, os grupos Los Grobo e Vinci deixaram a empresa, e o empresário Paulo Alberto Fachin manteve 20%, continuando como CEO (Oscar; Scheller, 2013), e a empresa passou a se chamar Agrex do Brasil. A nova empresa cultiva de 70.000 hectares de soja e milho nos Estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do Goiás, e disputa espaço entre as gigantes do agronegócio (Pontes, 2014).

Empresários nacionais se mobilizaram para competir com as multinacionais. Em 2011, José Gomes da Silva, da Companhia de Tecidos Norte de Minas (COTEMINAS), cria a Cantagalo General Grains (CGG), em parceria com Wilson Vian (da GFN Agrícola) e Paulo Moreira Garcez (da Agrícola Estreito), que recebem, em seguida, aportes financeiros do fundo norte-americano Valor Grains e da japonesa Sojitz (Barros, 2017). A CGG possui quatro fazendas nos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Piauí, totalizando 146.789 hectares, e executa o projeto de construção do Terminal de Grãos do Maranhão (TELEGRAM), no complexo portuário de Itaqui, estratégico para a exportação de grãos para a Europa. Contudo, a tentativa de disputa dos empresários

brasileiros com a ADM, Bunge, Cargill e Luis Dreyfus não foi exitosa, e 43,13% da CGG Trading foi vendido para a Sojitz, em 2017 (CGG, 2017).

A empresarização da soja no Sul do Maranhão representou um expressivo movimento no interior da figuração, tendo em vista que as grandes empresas receptoras de grãos passaram a controlar, indiretamente, o processo produtivo: financiam o custeio das lavouras, vendem insumos e defensivos agrícolas e compram a produção, deixando os produtores particulares dependentes de suas ações. Muitos sojicultores do Maranhão acabaram arrendando suas terras para empresas produtoras de grãos como a SLC Agrícola, que possui 2 fazendas e uma área plantada de 95.228 hectares (SLC, 2017), e a Agrex do Brasil, que possui 12 áreas de produção e armazenamento (AGREX DO BRASIL, 2017), por ser mais rentável do que plantar.

## AGRICULTURA FAMILIAR E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ao implementar do Corredor de Exportação Norte, para que a soja produzida no Estado do Maranhão fosse exportada pelo Porto da Madeira, em São Luís, o governo federal estimulou não apenas uma corrida pelas terras devolutas do Sul do Maranhão, mas uma modificação na figuração social agropecuária que contempla sojicultores, empresas produtoras e comercializadoras de grãos, agricultores familiares e mediadores. O equilíbrio instável de tensões, nos termos de Elias (2005), entre sojicultores e agricultores familiares, passa a ser alterado quando a luta pela posse da terra começa, nos anos 1990.

Não se quer dizer que as tensões eram inexistentes até então, mas que a fagulha para uma alteração mais profunda no equilíbrio foi a ação do Estado brasileiro, às vezes em parceria com outros países, para converter a sojicultura em principal atividade agrícola do Cerrado, não só do Sul do Maranhão. As terras férteis dos Gerais de Balsas, por exemplo, em sua grande maioria cultivadas pelos agricultores familiares, passaram a ser foco da ação de grileiros, que iniciaram uma ampla regularização fundiária, chancelada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA). A defesa do direito de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas foi articulada pela Igreja Católica e pela Igreja Luterana de Balsas.

As ações da Igreja Católica tiveram início nos anos 1970, com o Movimento de Educação de Base (MEB), que formou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para: realizar orientações sobre higiene, alimentação e levantamento das doenças; zelar pela escola, com base na conscientização dos professores sobre seus direitos (salários, segurança no trabalho e cursos de aperfeiçoamento)



e deveres; e contribuir para o cultivo da terra, mediante orientações sobre plantio, comercialização e informações de preços.

No período do trabalho de base da Igreja Católica, as famílias plantavam, em roças de toco<sup>17</sup>, o arroz, o feijão (que após a colheita era armazenado em um paiol bem fechado para que não estragasse) e a mandioca (para fazer a farinha e armazená-la para o consumo durante o ano). Para adoçar as bebidas, era plantada a cana-de-açúcar e fabricada a rapadura, o açúcar da época. Apesar das dificuldades, todos os anos as famílias produziam o suficiente para consumir e vender na cidade e, assim, comprar o que não era possível obter da roça.

(...) ele [agricultor familiar] já contava com a capacidade de trabalho que ele tinha, da quantidade de filhos e ele já calculava – Eu vou botar quatro linhas, seis linhas, dez ou 20 linhas com a intenção de produzir “x” quantias para ter essa quantia para o consumo e outra para eu vender e isso era o arroz, o produto básico que era plantado, a mandioca, o feijão e o milho eram os quatro produtos básicos e sempre foram, a fava que é da mesma família do feijão, e dali quando ele colhia, ele já guardava, armazenava uma parte para comer o ano todo. (Entrevista com João Fonseca, líder sindical)

Nas chapadas, as famílias não realizavam o cultivo da terra porque o solo não era apropriado para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Estas áreas eram utilizadas para a criação de gado e equinos. Os animais pastavam livremente pelas chapadas, que anualmente eram queimadas para que a vegetação renascesse em condições adequadas para a alimentação dos rebanhos. As chapadas também forneciam frutas para o consumo:

(...) a gente pegava muito coco catolé, coquinho de chapada que dá baixinho, que a gente até usava pouca gordura, a gente usava mais era coco, fazia o preparo do leite de coco para preparar a comida e o que a gente mais usava era coco, buriti, bacaba, buritirana, essas frutas como o pequi. Pequi naquela época a gente usava para fazer sabão, usava o bacuri também e o buriti a gente tirava também para tirar o azeite do buriti que o povo diz que é medicinal, para mordida de cobra, essas coisas. (Entrevista com João Américo do Boqueirão)

O coco catolé era muito utilizado para a produção de azeite. O processo começava com a extração, retirada da amêndoa, assamento das amêndoas, esmagamento

17 Modelo de cultivo que consiste na derrubada das árvores de maior porte, na queima e na limpeza parcial do terreno. São chamadas de roça-de-toco porque as árvores são cortadas na altura aproximada de 60cm.

das amêndoas assadas e o refino do óleo; procedimento semelhante era adotado para a produção de azeite de coco babaçu. O buriti é uma palmeira que fornecia o talo para fazer as balsas e o fruto, semelhante a um ovo com escamas, coletado no chão e cozinhado para que fosse separada a casca da carne do fruto, procedimento mais simples que a produção de azeite de coco. O suco de buriti era, e ainda é, uma importante fonte de alimento, principalmente para o desjejum.

O trabalho do segmento progressista da Igreja Católica de Balsas se inseria, desta maneira, em ações mais amplas de reformas de base que assegurassem os direitos dos grupos sociais menos favorecidos da cidade e do campo. A organização das comunidades rurais contribuiu para garantir a permanência das famílias em suas terras, o que, para os padres e irmãos Combonianos, era central, e para as famílias, até os anos de 1980, não era uma preocupação, porque pensavam que ninguém queria se apropriar de terras tão distantes e impróprias para cultivos tradicionais.

(...) o padre Franz Weber [missionário Comboniano, natural da Áustria, que trabalhou em Balsas nos anos 1980], quando ele veio para cá ele começou a dar exemplo dizendo que as terras não iam ficar aqui, nós não tínhamos como brigar com os grileiros de terra, aí teria que se organizar em comunidade, tinha que formar uma comunidade para ter mais força porque ele sabia dos conflitos que ia ter, aí começou a levar o povo para fazer uns cursinhos para animador de comunidade, aí foram várias pessoas, aí foi quando começou a comunidade, aí que o povo começou a se organizar. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O modelo agropecuário familiar não usava as chapadas para o cultivo porque seus integrantes não conheciam e tampouco tinham acesso às tecnologias de correção da acidez do solo do Cerrado, mecanização do processo produtivo, melhoramento genético dos rebanhos bovinos e de criação em regime de confinamento. De outro modo, os migrantes gaúchos chegaram em Balsas nos anos 1970 e tiveram acesso a pacotes tecnológicos e a financiamentos para cultivar arroz e soja e criar bovinos nas chapadas. Os agricultores familiares tinham, nos anos 1980, e continuam a ter uma opção, como bem enfatizam Cunha e Paulino (2014: 55), de acessar algum “programa de modernização dos pobres”.

O Irmão Bruno Haspinger<sup>18</sup> (1995), por exemplo, orientava que as famílias procurassem os benefícios do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

18 É um religioso do Norte da Itália da Ordem Comboniana, que chegou em Balsas, em 1990, e ficou até 1999. Trabalhou na luta pela defesa dos pequenos produtores rurais do Sul do Maranhão.

(PAPP), porque tinha recursos não reembolsáveis, ao invés de programas do Banco do Nordeste, considerados caros. O PAPP financiava projetos de infraestrutura (estradas, energia elétrica etc.), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estimulava o cooperativismo, a pequena agroindústria do Nordeste e o acesso de famílias em situação de pobreza absoluta ao processo produtivo, para contribuir para a redução da concentração fundiária no Nordeste.

Não obstante, os agricultores familiares queriam manter o modelo tradicionalmente usado nos Gerais de Balsas. Percebe-se, aqui, uma contradição entre os projetos modernizantes voltados para os pequenos produtores rurais e as intencionalidades destes atores sociais. Cada família possuía uma área, delimitada informalmente, para o cultivo e/ou criação de animais, embora morassem próximas umas às outras. Os missionários católicos, por sua vez, estavam procurando articular um modelo de apropriação coletivo formal, com a criação de associações que viabilizassem a regularização da terra por meio da criação de assentamentos rurais:

(...) a Igreja começou um trabalho aqui dentro, não sei se você conhece, as pessoas chamavam de animador de comunidade, a Igreja começou a incentivar a fazer curso de animador de comunidade na Igreja de Balsas, daí eles começaram a incentivar o povo para formar uma associação porque individualmente era muito difícil a gente conseguir essa terra, cada um brigando por um pedaço. Esses animadores de comunidade começaram a incentivar o povo, começaram a reunir o povo todos finais de semana, na casa de um, na casa de outro, aí começaram a articular essas coisas de associação, vamos formar uma associação, a Igreja incentivava esse grupo e esse grupo começou a incentivar o povo até que deu certo. (Entrevista com João Américo do Boqueirão).

O Irmão Bruno Haspinger, a CPT e o STTR criaram a ACA, no dia 5 de fevereiro de 1991, para coordenar todas as ações de defesa dos direitos de posse dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e planejar a execução do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, formado por três subprojetos: uma Área de Proteção Ambiental (APA) nas cabeceiras dos rios Balsas, Ribeirão do Ásia e Peixe; o Projeto Ribeirão do Ásia, para assentar famílias da margem direita do Médio Balsas; e o Projeto Rio Peixe, para assentar as famílias da margem esquerda do Médio Balsas. O projeto contou com o apoio da Igreja Luterana de Balsas, da Werkstatt Solidarische Welt e Arbeitsgruppe Soja da Alemanha, da Organisation für Eine

Solidarische da Itália, da Brasil Study Group do Japão, e da Koordination der Österreichischen Brasiliengruppen da Áustria.

Antes mesmo da regularização da terra, os agricultores familiares dos Gerais de Balsas já haviam criado suas associações entre 1992 e 1995 (ver Quadro 1). A organização dos agricultores familiares em associações, que contemplava mais de uma comunidade (exceção da Comunidade do Ferreira), representou uma modificação na figuração social, que, juntamente com o apoio da ACA e de organismos internacionais, tiveram o aporte financeiro e político para pleitear a criação dos assentamentos rurais em meio a grandes lavouras de soja. Além disso, institucionalizou e legitimou (pelo apoio internacional, especialmente) um modelo de apropriação e uso dos recursos naturais parcialmente coletivo, e as famílias continuaram morando em comunidades, mas cultivavam e criavam animais individualmente.

**Quadro 1** – Comunidades rurais e associações do Ribeirão do Ásia e Rio Peixe

SUBPROJETO	COMUNIDADE	ASSOCIAÇÃO
Ribeirão do Ásia	Bom Jesus, Coqueiro	Nova Vida
Ribeirão do Ásia	Campina, Santa Cecília	Santa Cecília
Rio Peixe	Águas Claras, Jatobá, Buritizal	Todos os Santos
Rio Peixe	Boqueirão, Porto Isidoro, Sucupira	São Francisco
Rio Peixe	Brejo de Raiz, Buritirana	Espírito Santo
Rio Peixe	Brejo do Rancho, Caracol	Caracol
Rio Peixe	Ferreira	Ferreira
Rio Peixe	Pedra Branca, São Paulo	São Félix

Em março de 1996, foi criada a APA e, em maio de 1997, foram criados os assentamentos Ribeirão do Ásia e Rio Peixe, pela governadora Roseana Sarney, totalizando uma área de 90.000 hectares: 59.000 hectares para preservação e 31.000 hectares para assentamentos de 200 famílias<sup>19</sup>. Os Projetos Rio Peixe e Ribeirão da Ásia foram compostos por duas etapas: regularização das terras devolutas para as famílias, construção de uma ponte de madeira sobre o rio Balsas para ligar os dois projetos e facilitar o transporte, e outras duas pontes menores sobre os rios Sucupira e Peixe, assim como a construção de estradas vicinais para interligar as comunidades e a construção de um Centro Comunitário para

19 Parte das famílias beneficiadas haviam sido expulsas das comunidades Mandacaru e Água Branca pelo grileiro de terras Euclides De Carli, ou viviam em comunidades que sofriam ameaças constantes.

alojar a assistência técnica; e estímulo à agricultura, a fim de garantir alimentação saudável para as famílias, diagnóstico sociocultural para não desarticular as famílias e apoio à comercialização da produção.

Parte das famílias do subprojeto Ribeirão do Ásia, as primeiras a receberem o título de posse da terra, venderam suas terras para sojicultores. As famílias da associação Nova Vida venderam para comprar terras próximas da cidade. A maioria das famílias da associação Santa Cecília vendeu as terras e foi morar na cidade. Os títulos eram vendidos para os sojicultores que precisavam de áreas de reserva para desmatarem 100% das chapadas. Para evitar as vendas, a ACA solicitou ao INTERMA que os títulos do Projeto Rio Peixe fossem emitidos no nome das associações e não individualmente.

Embora os títulos tenham sido emitidos, apenas duas associações, Espírito Santo e São Francisco, conseguiram registrá-los em cartório. Os presidentes das demais, ao chegarem ao Cartório do 1º Ofício de Balsas, descobriram que não havia matrículas suficientes para registrar os perímetros descritos nos títulos emitidos, porque o INTERMA já havia emitido outros títulos na mesma área. Para solucionar o problema, o INTERMA emitiu novos títulos, com áreas menores. Apesar das retificações dos títulos, até 2010 não haviam efetuado os registros, seja pela falta de recursos para pagar o georreferenciamento, ou porque não existia mais matrícula na Data Caracol<sup>20</sup>, por exemplo, para registro de nenhum hectare de terra.

Entre 1990 e 1995, o INTERMA teve um escritório em Balsas, exatamente no período em que ocorrem os principais conflitos pela posse da terra, nos Gerais de Balsas. O INTERMA não dá acesso às regularizações fundiárias realizadas entre 1990 e 1995. Levantamentos realizados pelo Irmão Bruno Haspinger mostram que, entre 1991 e 1995, foram emitidos 41 títulos para agricultores familiares, totalizando 10.554 hectares, e 223 títulos para especuladores e latifundiários, totalizando 40.295 hectares, nos Gerais de Balsas.

A partilha da terra e as mudanças figuracionais conceberam dois desdobramentos: a consolidação da grande propriedade, que usa intensivamente a tecnologia (do preparo do solo à colheita) e a gestão empresarial como modelo de desenvolvimento rural e econômico; e a manutenção da agricultura familiar enquanto estratégia para produzir um equilíbrio, ainda que instável, e mostrar aos consumidores mais sensíveis aos conflitos socioambientais ações como o Projeto de Grão em Grão, da Fundação Cargill, criado em 2004, para “contribuir com a ampliação da alimentação saudável, segura e acessível de produtos

20 A Data Caracol é uma Data de Terra, ou seja, parte do primeiro instrumento público adotado para a distribuição de terras públicas a particulares, que remete ao processo de colonização (Vidal; Malcher, 2009).

provenientes da agricultura familiar” (Fundação Cargill, 2017). O viés filantrópico do agronegócio da soja nada mais é que um mecanismo de legitimação do seu *modos operandi* nacional e internacionalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimação do agronegócio no Brasil é pautada pelo discurso de produção de alimentos para reduzir a fome, da geração de emprego e renda para diminuir a pobreza e de técnicas produtivas sustentáveis que preservam a natureza. Tal narrativa procura se alinhar a um mercado, especialmente o europeu, em que as empresas e os consumidores exigem dos produtores a inclusão da temática ambiental e dos direitos trabalhistas no processo produtivo. Desta maneira, a interligação global entre produtores e mercados consumidores contribui para a redefinição da correlação de forças na figuração social, no caso específico analisado da soja.

As empresas produtoras de grãos têm, como base produtiva, extensões de terras contínuas de mais de 2.000 hectares, chegando até a 30.000 hectares. Essa mudança, associada à criação do Corredor de Exportação Norte, representou uma pressão sobre as terras não tituladas dos agricultores familiares dos Gerais de Balsas e, por conseguinte, a alteração das correlações de forças e transformações no interior da figuração social. A regularização de terras feita pelo senhor De Carli e sua venda posterior para instituições que implementaram grandes projetos agropecuários deu às empresas produtoras de grãos o controle de todos os planaltos dos Gerais de Balsas.

É importante reforçar que o avanço da soja no Cerrado e na Amazônia foi um processo marcado por disputas pela posse da terra entre especuladores de terras/sojicultores e agricultores familiares. O modelo teórico adotado, ecologia política figuracional, possibilitou a verificação das modificações ocorridas no interior do grupo social de sojicultores. O ingresso de novos atores, a partir de 1988, iniciou um processo de empresarização da soja. Os agricultores familiares dos Gerais de Balsas, por seu turno, vivenciaram um processo de rearticulação social apoiado por movimentos sociais, nacionais e internacionais, que defendem a regularização de terras e a criação de assentamentos rurais.

A criação dos assentamentos rurais do Projeto Alto e Médio Rio Balsas, em 1997, marcou mais uma modificação no interior da figuração social: os agricultores familiares conseguiram manter a produção agropecuária familiar como um modelo de apropriação do espaço e dos recursos naturais nos Gerais de Balsas, mesmo tendo ficado com as terras menos férteis e mais suscetíveis à erosão

pluvial e aos demais impactos do uso de agrotóxicos nas grandes lavouras cultivadas nas chapadas. Tal mudança deu novos contornos ao equilíbrio instável de tensões na figuração.

A partir de 2000, vem ocorrendo uma movimentação sutil no interior da figuração social agropecuária, decorrente das discussões em torno das Áreas de Preservação Permanente e das Áreas de Reserva Legais que, no Cerrado, equivalem a 35% da área do estabelecimento agropecuário. As empresas produtoras de grãos, que se instalaram entre 1988 e 1995, não respeitaram o limite legal das áreas de reserva, em alguns casos desmatando 100% da área, agora sendo multadas e impedidas de acessar linhas de crédito rural. A solução adotada é de tentar comprar as terras dos baixões, dos agricultores familiares, para servirem de reserva legal.

As relações entre sojicultores e agricultores familiares são permeadas pela interdependência funcional. Deste modo, uma alteração nos modelos de apropriação da terra e dos recursos naturais em um dos grupos interfere diretamente no outro. E, nesse caso, representa uma nova pressão sobre os agricultores familiares, os mais fragilizados nas disputas, e uma movimentação no interior da figuração, porque alguns agricultores familiares já venderam suas terras para as empresas produtoras de grãos transformarem-nas em áreas de reservas legais, e, assim, livrarem-se das multas e voltarem a ter acesso ao crédito rural.

## REFERÊNCIAS

- ABY-AZAR, Cristina. Ceval decide construir fábrica de farelo e óleo em Balsas, no Maranhão. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 20 nov. 1993, Caderno Economia, p. 19.
- AGREX DO BRASIL. Área de atuação. Disponível em: <<http://www.agrex.com.br/institucional/area-de-atuacao/>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, jan./mar. 2010, pp. 103-119.
- ANGUELOVSKI, Isabelle; MARTÍNEZ-ALIER, Joan. The ‘Environmentalism of the Poor’ revisited: Territory and place in disconnected glocal struggles. *Ecological Economics*. Amsterdam, v. 102, jun. 2014, pp. 167-176.
- ANTUNES, L. Agrinvest faz operação pioneira no agronegócio e obtém capital no exterior. *Blog Aqui no Brasil*, 6 out. 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/blogs/aqui-no-brasil/tag/agrinvest/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- BARROS, Bettina. Em crise, CGG Trading renegocia suas dívidas. *Valor Econômico*. São Paulo, 10 maio 2017. Agronegócios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4963070/em-crise-cgg-trading-renegocia-suas-dividas>>. Acesso em: 15

- abr. 2021.
- BATISTA, Fabiana. Negócios com terra perdem vigor no país. *Valor Econômico*. São Paulo, 28 jan. 2014. Agronegócios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3409390/negocios-com-terras-perdem-vigor-no-pais>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado: 2002-2008. *Relatório*. Brasília, 2009, 71 p.
- BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinéad. *Third world political ecology*. New York, Rouledge, 1997.
- CEVAL beneficiará soja em Balsas. *Jornal O Imparcial*, São Luís, 17 nov. 1993, Caderno Política, p. 3.
- CGG. *Fazendas*. Disponível em: <<http://www.cgstrading.com>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- CUNHA, Luis Henrique; PAULINHO, Jonatta Sousa. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, Delma Pessanha; GOMES, Ramonildes A.; LEAL, Pedro Fonseca (Org.). *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, EDUEPB, 2014, pp. 27-58.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2005.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERRARI, Beatriz. O outro lado do eldorado nordestino da soja: expansão do agronegócio na região Mapitoba atrai levas de migrantes e cidades da região já sofrem com graves problemas de infraestrutura. *Revista Veja*. São Paulo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-outro-lado-do-eldorado-nordestino-da-soja>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- FRANÇA, F. M. C.; SANTANA, G. M. *Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do pólo de Balsas*. Fortaleza, BNB, 1997.
- FREITAS JÚNIOR, Gerson. Agrinvest, novo modelo de empresa do agronegócio. *Valor Econômico*. São Paulo, 13 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3086160/agrinvest-novo-modelo-de-empresa-do-agronegocio>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- FUNDAÇÃO CARGILL. *Projetos*. Acesso em: <<https://alimentacaoemfoco.org.br/quem-somos/projetos/>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- FURTADO, J. M. Há um Eldorado no Maranhão: campeã de produtividade, Balsas, no sul do Estado, quer colher 1 milhão de toneladas no ano 2000. *Revista Exame*. São Paulo, n. 516, dez. 1993, pp. 34-36.
- GEZON, Lisa L. Finding the global in the local: environmental struggles in Northern



- Madagascar. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lise L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004, pp. 135-153.
- HASPINGER, Bruno. Projetos de desenvolvimento: programas PAPP e BNB. *Jornal Apoio Informativo*, Balsas, maio 1995, pp. 16-18.
- HEINICH, Nathalie. Uma sociologia do espaço de interações. In: HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, EDUSC, 2001, pp. 101-139.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. In: Encontro anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, 33, 2009, Caxambu (MG). *Anais...* Caxambu (MG), ANPOCS, 2009.
- HORNBERG, Alf. Undermining modernity: protecting landscapes and meanings among the Mi'kmaq of Nova Scotia. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2004, pp. 196-214.
- IBGE. *Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- INPE. *Monitoramento da floresta Amazônia brasileira por satélite: 2001-2002*. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <<http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/lise/2002/06.12.13.16/doc/Capa.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- INPE. *Projeto PRODES: Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite*. 2010. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 1, 2009, pp. 47-87.
- KAYSER SILVA, Cristine. *Os caminhos da soja até o Maranhão*. Não Me Toque (RS), Gráfica Gapel, 2009.
- LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-SUL, região metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 307-322.
- LATOURETTE, Bruno. A ecologia política sem natureza? *Projeto História*. São Paulo, v. 23, jul./dez., 2001, pp. 31-44.
- LATOURETTE, Bruno. *As políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, EDUSC, 2004.
- LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003, pp. 17-40.
- MA: produtores de soja na região de Balsas enfrentam crise. *Jornal O Estado do*

- Maranhão*, São Luís, 02 nov. 2008.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Hacia una economía sostenible: dilemas del ecologismo actual. *Revista Letras Verdes*. Quito, v. 9, maio-set. 2011, n. 05-25.
- MINCH, Michael. Political ecology. In: CHATTERJEE, Deen K. *Encyclopedia of global justice*. Nova York, Springer, 2011, pp. 863-865.
- MIRANDA, Roberto de Sousa. *Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão*. Tese doutorado, Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 28, n. 1, jan./abril 2013, pp. 142-161.
- NETTO, Ibiapaba. Queremos desenvolver o nosso continente: rei da soja na Argentina fala sobre a expansão de sua empresa no continente e do modelo de negócios que pretende aplicar no Brasil. *Revista Dinheiro Rural*. São Paulo, n. 50, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/revistadinheirorural/edicoes/50/artigo120292-2.htm#>>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- NEUMANN, Roderick P. Political ecology: theorizing scale. *Progress in Human Geography Review*. Chicago, v. 33, n. 3, jun. 2009, pp. 398-406.
- OSCAR, Naiana.; SCHELLER, Fernando. Mitsubishi compra o controle da brasileira Ceagro por R\$ 1 bilhão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 jun. 2013. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mitsubishi-compra-o-controle-da-brasileira-ceagro-por-r-1-bilhao-imp-,1037731>>. Acesso em: 6 de set. 2017.
- PAULSON, Susan. Gendered practices and landscapes in the Andes: the shape of asymmetrical exchanges. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2004, pp. 174-195.
- PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael. Global nature. In: PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael J. (Orgs.). *Global political ecology*. London: Routledge, 2011, pp. 01-47.
- PONTES, Alécia. A empresa que nasceu gigante. *Dinheiro Rural*. São Paulo, 21 abr. 2014. Negócios. Disponível em: <<http://www.dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/empresa-que-nasceu-gigante>>. Acesso em: 6 set. 2017.
- QUINTANEIRO, Tânia. The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' sociological theory. *Revista Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 2, s/e, 2006. Disponível em: <[http://socialsciences.scielo.org/pdf/s\\_tsoc/v2nse/scs\\_a02.pdf](http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_tsoc/v2nse/scs_a02.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- STEVENS, Charles J. Symbolic action and soil fertility: political ecology and the transformation of space and place in Tonga. In: PAULSON, Susan; GEZON, Lisa

- L. (Orgs.). *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick, Rutgers University Press, 2004, pp. 154-173.
- VAYDA, Andrew P.; WALTERS, Bradley B. Against political ecology. *Human Ecology Review*. New York, v. 27, n. 1, mar. 1999, pp. 167-179.
- VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. Sesmarias. Belém, INTERPA, 2009. Disponível em: <<http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf>>. Acesso em: 13 de set 2017.
- ZIMMERER, Karl S.; BASSETT, Thomas J. Approaching political ecology: society, nature, and scale in human-environment studies. In: ZIMMERER, Karl S.; BASSETT, Thomas J. (Orgs.). *Political ecology: an integrative approach to geography and environment-development studies*. New York, The Guilford Press, 2003, pp. 01-25.

Recebido em: 07/12/2018

Aprovado em: 21/05/2020

#### **Como citar este artigo:**

- MIRANDA, ROBERTO DE SOUSA. ECOLOGIA política da soja: grande propriedade e conflitos socioambientais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021, pp. 407-433.